

## **A Economia Social e a Sustentabilidade das Misericórdias**

A Economia Social é um espaço sócio-económico constituído por um conjunto de organizações, que integra um determinado número de práticas dentro da sua missão e as Misericórdias situam-se neste espaço.

As Misericórdias, dentro do espírito das 14 Obras de Misericórdia, têm de desenvolver iniciativas e atividades integrantes em abrangência e em rede, orientadas para acolher e apoiar as comunidades mais fragilizadas e desprotegidas.

Estas Instituições do Terceiro Sector têm de obter receitas para dar seguimento aos seus objetivos e propósitos, donde ser necessário, em complementaridade com o Estado ou em regime de mecenato, implementar projetos de natureza sócio-económica para fazer face às despesas inerentes aos fins a atingir, com solidariedade humanista.

No setor social tudo é das Instituições, que permanecem para além das pessoas que a cada momento as integram, assim se distinguindo do setor público, onde tudo é de todos, e do setor privado, onde tudo é de cada um. No setor social não há quotas societárias ou capital social, mas apenas fundo social, dentro do cumprimento de objetivos exclusivamente sociais.

Tem sido grande o esforço que a Economia Social desenvolveu e desenvolve para ser aceite e reconhecida como um ramo autónomo da Economia. Na verdade, as instituições sem fins lucrativos atuam junto da população e são grandes geradoras de emprego sustentado e criadoras de riqueza e desenvolvimento.

A irradiação e afirmação da Economia Social torna-se imprescindível para o presente e para o futuro, com uma visão do mundo e com uma narrativa histórica claramente autónoma, tornando-se competitiva com a esfera pública e a privada, no sentido de uma sociedade mais coesa, justa e equitativa.

É prudente não se esquecer que só quando o Estado consagrar o âmbito da Economia Social, essa delimitação ganhará perenidade e estabilidade e uma legitimidade robusta.

Como é do conhecimento, a Assembleia da República aprovou por unanimidade em 13 de março de 2013 a proposta da Lei de Bases da Economia Social, promulgada e publicada em 8 de maio, mas que até agora ainda não foi regulamentada e implementada na sua essência.

O que se pretende? Tornar tudo público e autárquico, mediante uma pseudo descentralização e destruir/reverter as organizações da Economia Social!

Para fazer face aos desafios do presente e do futuro é preciso que a Economia Social se vá sedimentando nos planos jurídico e político, e que na atualidade, por influência partidária, parece querer-se tornar tudo público nesta área, o que se traduz numa situação gravosa para os cidadãos mais desfavorecidos e para o país. Esta deve inscrever-se cada vez mais com autonomia, que lhe permita ser uma economia humana, por ser concebida para estar ao serviço das pessoas e das sociedades humanas.

As energias cooperativas, mutualistas e solidárias, que dão vida à Economia Social, não devem constituir um conjunto homogéneo, mas um vasto conjunto heterogéneo, cuja diversidade reflete a diferenciação dos doseamentos dos três tipos de energia, consoante os casos e as circunstâncias.

O Estado deve ter como missão promover o fomento da Economia Social, apoiando estas entidades com mecanismos legislativos que permitam reforçar a sua auto-sustentabilidade económico-financeira e, por outro lado, deve manter o seu estatuto fiscal.

Em Portugal fala-se muito em crescimento, mas o que está em causa é o desenvolvimento-mas sustentado -, e esse assenta, em primeiro lugar, nas Instituições de Economia Social porque tem por base as pessoas e não o capital.

Como se explica a perenidade das Misericórdias, a maioria delas com mais de 500 anos, que desde o século XVI desempenharam um papel primordial nas comunidades onde estão inseridas, tendo sido pioneiras na globalização?

Na grande crise de 2011-2015 e no passado foram as Instituições de Solidariedade Social, incluindo as Misericórdias, a grande âncora para apoiar as populações ou os cidadãos mais desprotegidos e fragilizados.

O grande economista Ernâni Lopes afirmou “Ai de Portugal se a Economia Social não crescer exponencialmente no século XXI” e o colega austríaco Peter Drucker, radicado nos Estados Unidos, indo de encontro à sua visão do presente e do futuro refere “o século XX foi o século do Estado e das Empresas, o século XXI será das Instituições sem fins lucrativos”.

Desde a sua fundação que as Misericórdias se assumiram como instituições de Economia Social, conseguindo, mesmo antes da criação do Estado Moderno, angariar recursos que lhes permitisse implementar a sua função social, com desenvolvimento e com economia crescente sustentada.

As Misericórdias portuguesas ocupam um papel primordial em diversas áreas no país, principalmente no interior, onde são as promotoras de emprego e geradoras de riqueza e algumas elas atingem grande expressão em áreas urbanas.

Estas Instituições ocuparam um lugar importante na área da saúde antes de 1974, com inúmeros hospitais espalhados por todo o país, mas que foram quase todos intervencionados pelo Estado, incluindo o da Misericórdia de Braga, Hospital de S. Marcos, fundado em 1508 pelo grande arcebispo D. Diogo de Sousa.

Pensou bem o Governo anterior em devolver os hospitais às Misericórdias, uma vez que na área da Saúde praticam preços 3/5 vezes inferiores aos dos hospitais públicos ou parcerias público-privadas, mas, infelizmente para o país, só se concretizou a devolução de três (Serpa, Mealhada e Fafe) e os outros três em curso (Fundão, S. João da Madeira e Santo Tirso) foram revertidos pelo atual governo.

É de lamentar que tal reversão se tenha verificado, pois seria bom para as comunidades onde se inserem, beneficiando os cidadãos com proximidade e a custos muito inferiores.

A norte do país é de referir a existência de hospitais das Misericórdias de grande qualidade, prestadores de serviços diversificados na área da Saúde, grandes empregadores e geradores de receitas dentro do espírito da Economia Social, tais como: Esposende, Felgueiras, Póvoa de Lanhoso, Porto, Riba d'Ave, Vila Verde, etc.

A Economia Social que nos países da comunidade europeia já representa 13% do Produto Nacional Bruto (VAB), em Portugal, em 2013, representava 2.8% do VAB nacional, 5,2% de emprego total e 6,0% do emprego remunerado.

No âmbito da Conta Satélite da Economia Social (CES) foram identificadas 61.000 entidades constituídas por um conjunto diversificado de atividades, ocupando a Ação e Segurança Social 15,6%. De entre todas destaca-se esta em termos de valor acrescentado bruto (44,7%), remunerações (62,2%) e emprego remunerado (64,8%).

Atualmente há 399 Misericórdias em atividade, das quais 85,8% desenvolvem a sua atividade na Ação e Segurança Social, o que constitui as suas atividades mais representativas, sendo a Saúde e Bem-estar a segunda atividade, com 11,9%.

É de toda a justiça salientar que a União das Misericórdias Portuguesas, com a persistência do nosso Presidente Dr. Manuel de Lemos, foi o cerne da criação da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), lançada em 2006, através do Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho, no Governo de José Sócrates, prevendo-se já atrás atingir 13000 camas, mas atualmente só existem 8.500 camas em funcionamento, das quais 53% estão dispersas pelas Misericórdias de Norte a Sul do país, originando novos empregos e receitas.

De entre as entidades da Economia Social, as Misericórdias têm desenvolvido uma atividade na área social digna de registo, sendo em muitos conselhos do país as maiores empregadoras, contribuindo substancialmente para a economia local. É no interior do país que esta tendência se acentua mais, mas também surgem em zonas urbanas como primeiras empregadoras.

Damos como exemplo: Bragança (238), Maceio de Cavaleiros (125), Porto (1450), Póvoa de Lanhoso (443), Vila Flor (198), Valpaços (212), Vila do Conde (882) e Vila Verde (623).

Em 2017 as 399 Misericórdias tinham 36.380 funcionários com emprego remunerado, com VAB de 555.138 milhões de euros e remunerações de 489.751 milhões de euros.

Atualmente, as Misericórdias com Protocolos ou Acordos de Cooperação na área social recebem cerca de 24,7% das suas receitas do Instituto da Segurança Social, donde terem de recorrer a outras receitas para manter a sua sustentabilidade, para além das também recebidas dos residentes e, pontualmente, dos familiares.

A partir de 28 de maio de 2011, a Misericórdia de Braga viu-se confrontada com um grande problema - a devolução pelo Estado do Complexo do Hospital de S. Marcos-, constituído por 6 edifícios com 47.177 m<sup>2</sup> de edificado, o que causou a perda de receita e a progressiva degradação das instalações, carecendo de elevadas despesas na manutenção, sem ter recebido qualquer indemnização do Estado, considerando o grande estado de degradação de alguns edifícios.

A bem da Misericórdia e da cidade, a Mesa Administrativa, com persistência e oportunidade, já conseguiu dar vida a quatro edifícios: um acolhe o Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga e três para o Hotel Vila Galé Braga, este último mediante um contrato de direito de superfície. Encontra-se já em vias de entrar em funcionamento no 2.º semestre de 2019 o quinto, destinado ao Grupo Lusíadas. Desta forma, criaram-se mais empregos e receitas para a nossa sustentabilidade dentro da nossa missão misericordiana.

Na atualidade, as Misericórdias têm de adaptar-se profissional e financeiramente aos grandes desafios que se lhe colocam pela frente, pois nasceram da sociedade civil e têm sido, ao longo dos anos, capazes de encontrar soluções para os problemas sociais.

Devem ser inovadoras na abordagem e nos modelos de negócio social, eficientes na gestão de recursos e transparentes nos modelos de governação.

A noção de sustentabilidade para uma Misericórdia é particularmente importante e distinta da noção de sustentabilidade para uma empresa.

Isto implica que a sustentabilidade numa Misericórdia tenha como base a sua capacidade de criar soluções que se autofinanciem com base no valor criado ou gerem lucro, que permita a estabilidade das soluções encontradas e produzam impacto na resolução dos problemas a solucionar ou emergentes.

As Misericórdias têm autonomia de gestão e independência face aos interesses públicos, com afetação dos excedentes a objetivos como o desenvolvimento sustentável e é dentro deste parâmetro que as nossas Instituições têm atuado, inovando na gestão e na criação inovadora de empresas sociais, que têm permitido criar postos de trabalho e trazer receitas para compensar a sua missão humanista e solidária.

Às Misericórdias não resta outra alternativa senão incentivar iniciativas empresariais para fins sociais, como o bem estar social e os serviços públicos de interesse geral, áreas nas quais o Estado, nem as forças puras do mercado são capazes de dar respostas exaustivas e inclusivas.

As Misericórdias vão continuar a crescer, dentro dos parâmetros da Economia Social, inovando na área social para corrigir desigualdades e evidenciar que a sua perenidade encontra-se fortemente ligada aos períodos de crise económico-financeira, respondendo com eficácia a problemas presentes, com uma ambição futura radicada na esperança.

Braga, 24 de outubro de 2018

Bernardo Reis